



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2026

O MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE - RS, torna pública a abertura da Dispensa de Licitação nº 002/2026, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 objetivando a **contratação de empresa especializada para o fornecimento de profissional médico veterinário, com registro ativo no CRMV/RS, para atuação junto à Secretaria Municipal de Agricultura de Cacique Doble/RS, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas semanais, nos locais definidos pela gestão municipal. O serviço visa garantir a continuidade das atividades do Serviço de Inspeção Municipal – SIM e demais ações de fiscalização e controle sanitário, incluindo gestão técnica do SIM, inspeção e fiscalização de produtos e estabelecimentos de origem animal, bem como análise e aprovação de manuais de boas práticas, programas de autocontrole, projetos e rotulagens, conforme legislação vigente, de acordo com o Termo de Referência, disponível no site oficial: <https://caciquedoble.rs.gov.br>.**

Interessados podem apresentar propostas até às 13h do dia 09 de janeiro de 2026, através do e-mail adm@caciquedoble.rs.gov.br ou entregar em mãos no setor de Licitações do Município.

Caso sejam apresentadas propostas adicionais, estas serão analisadas e julgadas às 10 horas do dia 12 de janeiro de 2026, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cacique Doble/RS.

Mais informações: fone (54) 3552-1244, e-mail: adm@caciquedoble.rs.gov.br

Cacique Doble/RS, 06 de janeiro de 2026.

Márcio Caprini
Prefeito Municipal



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E DO VALOR DE REFERÊNCIA

1.1. Constitui objeto deste processo a contratação de empresa especializada para o fornecimento de profissional médico veterinário, com registro ativo no CRMV/RS, para atuação junto à Secretaria Municipal de Agricultura de Cacique Doble/RS, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas semanais, nos locais definidos pela gestão municipal. O serviço visa garantir a continuidade das atividades do Serviço de Inspeção Municipal – SIM e demais ações de fiscalização e controle sanitário, incluindo gestão técnica do SIM, inspeção e fiscalização de produtos e estabelecimentos de origem animal, bem como análise e aprovação de manuais de boas práticas, programas de autocontrole, projetos e rotulagens, conforme legislação vigente.

1.2. A atuação compreenderá, entre outras, as seguintes atribuições:

a) Gestão Técnica e Administrativa:

- Instrução e monitoramento de processos administrativos e sanitários;
- Elaboração de documentos, relatórios e respostas a órgãos municipais, estaduais e federais;
- Programação e execução da agenda de atividades do SIM.

b) Inspeção e Fiscalização Sanitária:

- Planejamento e execução de diretrizes para fiscalização de produtos de origem animal;



- Coordenação e realização de inspeções em estabelecimentos industriais, comerciais e recreativos que manipulem produtos ou animais;
- Fiscalização de matadouros, frigoríficos, laticínios, entrepostos e demais locais de produção, manipulação e comercialização de produtos de origem animal.

c) Regulamentação e Apoio Técnico:

- Análise e concessão de autorizações e registros no SIM;
- Avaliação e aprovação de Manuais de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Programas de Autocontrole (POP);
- Análise e aprovação de projetos, rotulagens e ações voltadas ao combate à clandestinidade, garantindo a segurança sanitária e a regularidade dos produtos de origem animal no âmbito municipal.

1.3. Os valores de referência para o presente processo são os abaixo relacionados, não sendo admitidos, para fins de homologação, valores superiores aos aqui estabelecidos.

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de profissional médico veterinário, com registro ativo no CRMV/RS, para atuação junto à Secretaria Municipal de Agricultura de Cacique Doble/RS, com carga horária de 16 (dezesseis) horas semanais, nos locais definidos pela gestão municipal. O serviço visa garantir a continuidade das atividades do Serviço de Inspeção Municipal – SIM e demais ações de fiscalização e controle sanitário, incluindo gestão técnica do SIM, inspeção e fiscalização de produtos e estabelecimentos de origem animal, bem como análise e aprovação de manuais de boas práticas, programas de autocontrole, projetos e rotulagens, conforme legislação vigente.	12	meses	3.700,00	44.400,00

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação de profissional médico veterinário, por meio de empresa especializada, é imprescindível para garantir a continuidade e a regular execução das atividades do Serviço de Inspeção Municipal – SIM e das ações sanitárias



realizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura de Cacique Doble/RS. Trata-se de funções de caráter permanente, técnico e regulatório, essenciais para assegurar a segurança alimentar, o controle sanitário da produção de alimentos de origem animal e o monitoramento dos estabelecimentos sujeitos à fiscalização municipal.

O Município não dispõe, em seu quadro próprio, de médico veterinário em número suficiente para desempenhar todas as atribuições previstas na legislação federal, estadual e municipal, o que comprometeria diretamente a execução das atividades de inspeção, certificação e vigilância sanitária. A inexistência desse profissional inviabilizaria a manutenção do SIM e impediria a realização de ações indispensáveis, como:

- fiscalização e inspeção de matadouros, laticínios, açougues e demais estabelecimentos de produtos de origem animal;
- concessão, renovação e acompanhamento de registros sanitários;
- análise e aprovação de Manuais de Boas Práticas de Fabricação (BPF), Programas de Autocontrole (POP) e demais documentos técnicos;
- monitoramento de riscos sanitários e combate às atividades clandestinas;
- atendimento às demandas da agricultura familiar e do setor produtivo local.

A ausência desses serviços implicaria risco à saúde pública, prejuízos econômicos aos produtores e descumprimento das normativas que regem a inspeção e fiscalização de produtos de origem animal.

Diante desse cenário, resta plenamente demonstrada a necessidade da contratação, a fim de assegurar a continuidade das ações sanitárias, o cumprimento das exigências legais e a manutenção do regular funcionamento do Serviço de Inspeção Municipal – SIM no âmbito de Cacique Doble/RS.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o qual demonstra a necessidade imediata de profissional médico veterinário para assegurar a continuidade das atividades do Serviço de Inspeção Municipal – SIM.



O Município não dispõe, em seu quadro funcional, de profissionais com disponibilidade e qualificação suficientes para executar as funções legais de inspeção, fiscalização sanitária, análise de processos, avaliação de estabelecimentos e emissão de pareceres técnicos, circunstância que pode comprometer a segurança alimentar, o controle sanitário e a regularidade da produção local.

A pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores do ramo evidenciou a existência de empresas aptas à execução do objeto, com valores compatíveis com a realidade de mercado, possibilitando à Administração definir valor de referência exequível e demonstrando a vantagem da contratação direta, uma vez que o valor estimado enquadra-se no limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Verificou-se, ainda, que a contratação de empresa especializada representa a alternativa mais eficiente, pois assegura a continuidade dos serviços, inclusive com substituição do profissional em casos de afastamento ou impedimento, evitando a paralisação das atividades essenciais do SIM.

A contratação encontra-se devidamente instruída com o Documento de Formalização da Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP, pesquisa de preços, justificativas técnica e econômica, análise de riscos e prévia previsão orçamentária, atendendo aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação é necessária, viável, economicamente vantajosa e juridicamente adequada, devendo ser realizada por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, garantindo a manutenção das atividades essenciais do Serviço de Inspeção Municipal – SIM e a segurança sanitária no Município.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para disponibilizar profissional médico veterinário, devidamente habilitado e com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV/RS, a fim de garantir a



continuidade, a regularidade e a segurança técnica das atividades do Serviço de Inspeção Municipal – SIM e das ações sanitárias exercidas pela Secretaria Municipal de Agricultura de Cacique Doble/RS.

A execução do objeto ocorrerá de forma indireta, mediante fornecimento do profissional pela empresa contratada, que deverá assegurar integral responsabilidade técnica, ética e legal sobre os serviços prestados. O profissional atuará presencialmente, cumprindo carga horária de 16 (dezesseis) horas semanais, distribuídas conforme escala definida pela Secretaria Municipal de Agricultura, e realizará todas as atividades nos locais designados pela Administração.

A solução contempla a execução sistemática das ações necessárias ao funcionamento do SIM, incluindo: instrução e acompanhamento de processos administrativos; elaboração de pareceres, relatórios e documentos técnicos; inspeções e fiscalizações em estabelecimentos que produzem, manipulam ou comercializam produtos de origem animal; avaliações sanitárias; análise e aprovação de Manuais de Boas Práticas de Fabricação – BPF e Programas de Autocontrole – POP; verificação de rotulagens e projetos; apoio às ações de combate à clandestinidade; e demais obrigações previstas na legislação sanitária vigente.

Além disso, a empresa contratada deverá garantir condições adequadas para a plena execução da prestação dos serviços, mantendo o profissional regularmente registrado, apto e qualificado, bem como assegurando sua substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas em caso de afastamento, impedimento ou ausência, desde que o substituto atenda integralmente às qualificações técnicas exigidas.

A solução envolve também a gestão administrativa do contrato por meio de fiscalização municipal designada, responsável por acompanhar a execução das atividades e validar relatórios técnicos. O pagamento ocorrerá conforme previsto em cronograma financeiro, mediante apresentação de nota fiscal correspondente e atesto do fiscal do contrato.

A contratação de empresa especializada se mostra como a solução mais adequada e eficiente, uma vez que permite acesso imediato a profissional habilitado, com expertise específica na área de inspeção e vigilância sanitária, além de



assegurar flexibilidade operacional, continuidade dos serviços e atendimento às exigências legais impostas pelos sistemas de inspeção de produtos de origem animal.

Assim, a solução como um todo garante:

- continuidade das ações do SIM e das atividades sanitárias municipais;
- manutenção da segurança alimentar e da conformidade sanitária;
- regularização dos processos de fiscalização e inspeção;
- cumprimento da legislação federal, estadual e municipal aplicável;
- proteção à saúde pública e aos consumidores;
- suporte técnico aos produtores locais e às agroindústrias;
- rastreabilidade e confiabilidade dos procedimentos executados.

Dessa forma, a contratação assegura uma resposta completa, eficiente e tecnicamente estruturada às necessidades do Município, garantindo a prestação de serviço essencial à saúde pública e ao desenvolvimento agroindustrial local.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, com critério de julgamento por menor preço GLOBAL.

5.2. Para o fornecimento o município estará aberto ao recebimento de propostas.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto dar-se-á por meio da contratação de empresa especializada para o fornecimento de profissional médico veterinário, devidamente habilitado e com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV/RS, para atuação junto à Secretaria Municipal de Agricultura, no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

6.2. Os serviços serão prestados de forma contínua e presencial, com carga horária



de 16 (dezesesseis) horas semanais, distribuídas conforme cronograma e escala definidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, de acordo com as necessidades administrativas e operacionais do SIM.

6.2.1. As atividades serão executadas nos locais designados pela Administração Municipal, incluindo dependências administrativas, estabelecimentos sujeitos à inspeção e demais locais necessários ao cumprimento das atribuições.

6.3. Compete à empresa contratada disponibilizar profissional qualificado, assumindo integral responsabilidade técnica, ética, trabalhista, previdenciária e fiscal pela execução dos serviços, cabendo-lhe garantir o pleno atendimento às exigências legais e contratuais.

6.4. O profissional disponibilizado deverá executar, entre outras, as seguintes atividades:

I – Gestão técnica e administrativa do SIM, incluindo instrução e acompanhamento de processos, elaboração de relatórios, pareceres técnicos e respostas a órgãos municipais, estaduais e federais;

II – Inspeção e fiscalização sanitária de produtos, processos e estabelecimentos relacionados a produtos de origem animal, conforme legislação vigente;

III – Análise e aprovação de Manuais de Boas Práticas de Fabricação – BPF, Programas de Autocontrole – POP, projetos, rotulagens e registros sanitários;

IV – Apoio técnico às ações de combate à clandestinidade e orientação a produtores e agroindústrias locais.

6.5. A empresa contratada deverá assegurar a substituição do profissional indicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, em caso de ausência, afastamento ou impedimento, sendo admitida a substituição somente por profissional que atenda integralmente às mesmas exigências de habilitação, qualificação técnica e registro no CRMV/RS.

6.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, responsável por verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a regularidade da prestação dos serviços e a adequação técnica das atividades desenvolvidas.

6.7. A contratada deverá apresentar relatórios técnicos e registros das atividades



realizadas, sempre que solicitado, os quais servirão de base para o atesto da execução por parte da fiscalização e para a liberação do pagamento mensal.

6.8. O pagamento será efetuado de forma mensal, após a efetiva prestação dos serviços, condicionado à apresentação da nota fiscal correspondente e ao atesto da fiscalização, nos prazos e condições estabelecidos no contrato.

6.9. A execução do objeto deverá observar integralmente a legislação federal, estadual e municipal aplicável, especialmente as normas relacionadas ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM, à vigilância sanitária de produtos de origem animal e à responsabilidade técnica do médico veterinário, garantindo a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços durante toda a vigência contratual.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A gestão do contrato ficará a cargo do servidor Igor Pansera, designado(a) Gestor do Contrato, e a fiscalização técnica dos serviços caberá ao(à) servidor(a) Joceli Paim Zorzan, designado Fiscal do Contrato.

8. CRITÉRIOS DE ENTREGA E DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, após a comprovação da execução contratual e o atesto do Fiscal do Contrato, mediante apresentação da nota fiscal correspondente, observadas as condições e exigências estabelecidas no contrato.

8.2. O pagamento será realizado por meio de crédito em conta corrente de titularidade da empresa contratada, devendo constar na proposta e/ou na nota fiscal o nome da instituição bancária, número da agência, localidade e número da conta corrente destinada ao recebimento dos valores.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

9.1. Será adquirido do fornecedor que conseguir entregar os serviços conforme descrição pelo menor preço, desde que detenha os seguintes documentos de



habilitação:

a) Habilitação Jurídica:

a.1) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

a.2) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

a.3) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

a.4) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

a.5) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

a.6) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei no 5.764, de 1971.

a.7) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

b) Regularidade Fiscal:

b.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b.2) Cédula de identidade do(s) diretor(es) ou proprietário(s);

b.3) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita federal do Brasil;

b.4) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual, relativa ao



domicílio ou sede do licitante;

b.5) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante; e,

b.6) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

c) Regularidade Trabalhista:

c.1) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), em seu prazo de validade.

d) Qualificação Econômico-Financeira:

d.1) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 90(noveenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

e) Qualificação Técnica

e.1) A licitante deverá apresentar declaração formal indicando o médico veterinário responsável pela execução do objeto.

- A indicação deverá conter: nome completo, CPF, número de registro ativo no CRMV/RS, endereço profissional, contatos e declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária contratada.

e.2) Comprovação de habilitação e experiência do profissional

- Comprovante de registro ativo no CRMV/RS do profissional indicado.
- Comprovante de formação superior em Veterinária, com diploma emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.
- Comprovação de experiência profissional, a ser demonstrada por meio de atestados, declarações, certidões ou certificados, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem atuação em:
 - inspeção ou fiscalização de produtos de origem animal;
 - ou Serviço de Inspeção Oficial (SIM/SIE/SIF);



• ou atividades correlatas diretamente relacionadas às competências do médico veterinário na área de inspeção e vigilância sanitária.

e.3) A licitante deverá comprovar vínculo formal entre o profissional indicado e a empresa, por meio de um dos seguintes documentos:

- contrato de trabalho; ou
- contrato de prestação de serviços; ou
- registro no contrato social; ou
- outro documento idôneo que demonstre o vínculo.

e.4) A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, comprovando a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto licitado. O atestado deverá conter: identificação do emitente, CNPJ, responsável técnico, descrição do serviço prestado, período de execução e assinatura com identificação.

e.5) Declaração de que a empresa possui condições técnicas e operacionais para garantir o cumprimento da carga horária semanal e das atividades previstas.

e.6) Declaração de que a empresa possui estrutura para substituir o profissional indicado em até 24 horas, mantendo a qualificação exigida.

e.7) Declaração de compromisso com o cumprimento das legislações federal, estadual e municipal aplicáveis, especialmente as normas relativas ao SIM e à vigilância sanitária de produtos de origem animal. Compromisso de responsabilidade integral pela qualidade técnica, ética e legal dos serviços prestados.

f) Demais Documentos:

f.1.) Declaração Conjunta, assinada pelo proprietário ou representante legal, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação; que não está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública; que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021; que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregada de empresa pública ou de sociedade de economia mista; que são verdadeiras as informações, estando ciente das sanções impostas, conforme disposto neste Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da



presente declaração; e, que se vencedora do processo licitatório, possui disponibilidade para realizar a entrega dos produtos no prazo previsto).

9.2. A documentação citada no item 9 deverá ser enviada juntamente com a proposta até as 13h do dia 09/01/2026 para o email adm@caciquedoble.rs.gov.br ou entregue pessoalmente no Setor de Licitações do Município.

9.3. Critérios de Desempate

9.3.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- a) Preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto no art. 60, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições previstas na Lei Complementar nº 123/2006;
- b) Maior tempo de exercício de atividade relacionada ao objeto da contratação;
- c) Melhor avaliação de desempenho anterior, na forma de regulamentação própria, se existente;
- d) Sorteio, em ato público, com convocação de todos os empatados.

9.3.2. Para fins de comprovação do tempo de exercício e do desempenho anterior, a Administração poderá consultar documentos do processo ou solicitar informações complementares aos licitantes empatados, conforme a fase do procedimento.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Disponibilizar profissional médico veterinário devidamente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV/RS, conforme indicado na proposta apresentada.

10.2. Apresentar indicação formal do profissional responsável, contendo nome completo, CPF, número de registro no CRMV/RS e declaração de disponibilidade para execução dos serviços.



- 10.3.** Manter vínculo formal com o profissional indicado, comprovado mediante contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou registro no contrato social.
- 10.4.** Garantir a prestação dos serviços com carga horária de 16 (dezesesseis) horas semanais, nos dias, horários e locais determinados pela Secretaria Municipal de Agricultura.
- 10.5.** Executar integralmente as atividades de inspeção, fiscalização, gestão técnica do SIM, análise documental, registros sanitários, apoio técnico e demais atribuições previstas no objeto.
- 10.6.** Elaborar e apresentar relatórios técnicos periódicos das atividades realizadas, sempre que solicitado pela Administração.
- 10.7.** Manter rigorosa observância às normas sanitárias municipais, estaduais e federais aplicáveis ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM.
- 10.8.** Garantir a substituição do profissional indicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, em caso de ausência, afastamento ou impedimento.
- 10.9.** Somente será admitida substituição por profissional que possua a mesma qualificação técnica, inclusive registro ativo no CRMV/RS e experiência compatível com as exigências do edital.
- 10.10.** Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e técnica exigidas na contratação.
- 10.11.** Assumir integral responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais e comerciais decorrentes da contratação do profissional, inexistindo qualquer vínculo com o Município.
- 10.12.** Garantir a confidencialidade das informações obtidas em razão da execução contratual.
- 10.13.** Apresentar, quando solicitado, atestado de capacidade técnica em nome da empresa, comprovando experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto do certame.
- 10.14.** Cumprir integralmente a carga horária pactuada, zelando pela pontualidade, continuidade e qualidade técnica dos serviços.



- 10.15.** Manter permanente comunicação com o Fiscal do Contrato, atendendo prontamente às solicitações e orientações da Administração.
- 10.16.** Emitir mensalmente nota fiscal correspondente às horas efetivamente trabalhadas.
- 10.17.** O pagamento ficará condicionado ao atesto do Fiscal do Contrato, que confirmará a efetiva execução dos serviços.
- 10.18.** Responsabilizar-se integralmente por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão do profissional disponibilizado.
- 10.19.** Cumprir fielmente todas as disposições do Termo de Referência, do contrato e da legislação aplicável.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1.** Designar gestor e fiscal responsáveis pelo acompanhamento, monitoramento e conferência da execução dos serviços prestados pela contratada.
- 11.2.** Fornecer todas as informações, orientações e condições necessárias para que as atividades técnicas, administrativas e sanitárias sejam desempenhadas de forma adequada.
- 11.3.** Disponibilizar acesso aos processos, documentos, sistemas, estabelecimentos e demais locais necessários ao desenvolvimento das ações vinculadas ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM.
- 11.4.** Validar os relatórios de atividades apresentados pela contratada, após verificação da regular execução dos serviços.
- 11.5.** Efetuar o pagamento devido pelos serviços prestados, nos prazos e condições previstas no instrumento contratual, mediante apresentação de nota fiscal e atesto da fiscalização.
- 11.6.** Comunicar formalmente à contratada eventuais falhas, irregularidades ou inconsistências verificadas na execução dos serviços, adotando as providências administrativas cabíveis.
- 11.7.** Registrar e arquivar todas as ocorrências, relatórios, atestos e documentos relacionados à execução e acompanhamento do contrato, garantindo a rastreabilidade da gestão contratual.



11.8. Disponibilizar suporte administrativo mínimo necessário para o desempenho das atividades, incluindo acesso a informações internas, agendas, processos e estrutura organizacional pertinente.

11.9. Adotar medidas para garantir a continuidade e regularidade dos serviços, evitando interrupções que possam comprometer as ações do SIM e demais atividades vinculadas à Secretaria de Agricultura.

11.10. Zelar pelo cumprimento integral do contrato, assegurando que suas disposições sejam observadas ao longo de toda a vigência contratual

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação direta;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação direta ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração



falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste para a contratação direta.

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.11, de acordo com a gravidade da infração;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12. PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

12.1. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste certame serão desconsideradas, julgando-se pela desclassificação.

12.2. O preço ofertado não poderá exceder os valores constantes neste Termo, devendo obedecer ao limite estipulado pela Administração.

12.3. No valor da proposta deverão estar inclusos todos os custos decorrentes da contratação, incluindo tributos, impostos e despesas relacionadas ao deslocamento do bem.

12.5. A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

12.5. Caso o Município não receba nenhuma proposta adicional após transcorrido o prazo previsto neste Aviso de Dispensa, poderá contratar com o orçamento de menor valor apurado na fase inicial do processo, desde que a empresa apresente toda a documentação de habilitação exigida neste Aviso.

12.6. Caso sejam apresentadas propostas adicionais, estas serão analisadas e julgadas às 10 horas do dia 12 de Janeiro de 2026, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cacique Doble/RS.



13. PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. O contrato decorrente da presente contratação terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de forma justificada, a critério da Administração Municipal, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. A execução dos serviços terá início imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da ordem de início, devendo o profissional cumprir a carga horária semanal definida pela Administração, de forma contínua, durante toda a vigência contratual.

13.3. A prorrogação da vigência contratual poderá ser admitida mediante justificativa formal e desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, observadas as hipóteses legais, sem que haja interrupção da continuidade dos serviços nem alteração indevida das condições originalmente pactuadas.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1. A medição dos serviços será realizada com base nos serviços efetivamente prestados, devidamente registradas, comprovadas e atestadas pelo fiscal do contrato.

14.2. A contratada **deverá apresentar relatório mensal de atividades, contendo a descrição das ações realizadas, locais atendidos, datas, horários e resultados obtidos, o qual será analisado e atestado pelo fiscal responsável.**

14.3. O pagamento será efetuado mensalmente mediante apresentação da nota fiscal eletrônica acompanhada do relatório mensal aprovado pela fiscalização.

14.4. O pagamento será realizado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, contado a partir da apresentação da nota fiscal devidamente atestada.

14.5. Em caso de necessidade de ajustes, correções ou esclarecimentos sobre os relatórios, o prazo para pagamento ficará suspenso até a completa regularização por parte da contratada.



14.6. Não serão devidos valores adicionais a título de deslocamento, alimentação, encargos, tributos ou qualquer outro custo indireto, por estarem integralmente incluídos no valor da hora contratada.

14.7. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescidos de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata.

14.8. A despesa correrá na seguinte dotação orçamentária:

0801 Secretaria de Agricultura

2039 – Manutenção serviços secretaria agricultura

339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

294 red

15. DO REAJUSTE

15.1. Os valores contratados permanecerão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência, sendo vedada qualquer forma de atualização monetária, revisão ou reajuste no período inicial do contrato.

15.2. Na hipótese de prorrogação contratual, poderá ser aplicado reajuste com base no índice IGP-M, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observada a variação acumulada no período, respeitadas as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

16. DAS OBRIGAÇÕES LGPD.

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É vedada a subcontratação total do objeto deste contrato, sendo admitida apenas a subcontratação parcial, desde que previamente autorizada por escrito pela Administração Municipal e limitada aos percentuais permitidos pela legislação vigente.

17.2. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, pela qualidade dos serviços prestados e pelo cumprimento de todas as obrigações técnicas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, inclusive quanto às atividades eventualmente desempenhadas pela empresa subcontratada.

17.3. A eventual subcontratação não gerará qualquer vínculo jurídico entre a Administração Municipal e a empresa subcontratada, cabendo exclusivamente à contratada responder por danos, encargos, prejuízos ou irregularidades decorrentes dos serviços executados por terceiros.

17.4. A autorização para subcontratação deverá ser formalmente solicitada, de forma justificada, indicando o serviço específico a ser subcontratado, a empresa executora e a comprovação de sua qualificação técnica, ficando sua aprovação condicionada à análise e concordância da Administração Municipal.

18. DA SUSTENTABILIDADE

18.1. A execução dos serviços deverá observar práticas de sustentabilidade, priorizando o uso racional de recursos, a redução de desperdícios e a adoção de condutas que promovam eficiência administrativa e responsabilidade socioambiental.

18.2. Sempre que possível, deverão ser utilizados meios digitais para comunicação, elaboração e envio de relatórios, evitando o consumo desnecessário de papel e demais materiais físicos.



18.3. A contratada deverá adotar condutas que contribuam para a proteção da saúde pública e do meio ambiente, especialmente no que se refere às atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, promovendo boas práticas sanitárias e produtivas nos estabelecimentos visitados.

18.4. A Administração poderá solicitar orientações técnicas do profissional contratado voltadas à adoção de práticas sustentáveis nos processos produtivos locais, quando compatíveis com suas atribuições.

20. GESTÃO DE RISCO

20.1. A execução do contrato está sujeita a riscos que possam comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços, tais como ausência do profissional, descumprimento de carga horária, falhas técnicas ou atrasos na entrega dos relatórios.

20.2. Para mitigação desses riscos, a contratada deverá manter profissional habilitado, com registro ativo no órgão de classe e disponibilidade para substituição imediata, quando necessário, garantindo continuidade na prestação dos serviços.

20.3. Compete ao fiscal do contrato acompanhar permanentemente a execução, registrando ocorrências, solicitando correções e adotando providências administrativas para evitar prejuízos à Administração Municipal.

20.4. Identificada qualquer situação que possa comprometer o cumprimento das atividades contratadas, a Administração poderá notificar a contratada para adoção de medidas corretivas, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.5. A gestão de riscos deverá ser realizada de forma contínua, com monitoramento preventivo e registro das ocorrências, garantindo previsibilidade, segurança jurídica e eficiência na execução contratual.

Cacique Doble/RS, 06 de janeiro de 2026.

Alceu Demartini
Responsável Interino pela Secretária Municipal de Agricultura